

# Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

**Demonstrações financeiras referentes aos  
exercícios findos em 31 de dezembro de  
2021 e 2020 e relatório dos auditores  
independentes sobre as demonstrações  
financeiras**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>17</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>18</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>19</b>

## **Relatório da Administração**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1. Sobre a Companhia**

#### **1.1 Aos acionistas**

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A (“Rodoanel” ou “Companhia” ou “Concessionária”), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

#### **1.2 Apresentação**

A Companhia marcou a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R\$ 2 bilhões realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do Rodoanel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio se iniciou em 17 de dezembro de 2008.

A Companhia emprega de forma direta 493 pessoas. Atualmente, a Companhia gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno da rodovia sob sua administração.

A Companhia tem como acionistas a CCR (99,5867%) e a Encalso Construções Ltda. (0,4133%).

#### **1.3 Destaques de 2021**

##### Investimentos

- Implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo.

##### Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Dividendos: R\$ 23.015

- 26/04/2021 – R\$ 7.320 de dividendos do resultado de 2020;
- 25/11/2021 – R\$ 15.595 de dividendos do resultado de 2021.

Juros sobre o Capital Próprio: R\$ 13.341

- 25/11/2021 – R\$ 13.341 de juros sobre o capital próprio.

## 2. Desempenho Econômico-Financeiro

2

### 2.1 Desempenho RodoAnel

Em R\$ mil	2021	2020	Var. %
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	353.393	265.399	33,16%
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	303.608	258.287	17,55%
- Receita de Pedágio	300.403	255.821	17,43%
- Outras Receitas	3.205	2.466	29,97%
Deduções da Receita Bruta	(26.267)	(22.348)	17,54%
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	277.341	235.939	17,55%
(+) Receita de Construção	49.785	7.112	600,01%
Custos e Despesas (a)	(248.633)	(194.032)	28,14%
- Depreciação e Amortização	(22.187)	(21.244)	4,44%
- Serviços de Terceiros	(32.990)	(17.248)	91,27%
- Custo da Outorga	(5.824)	(3.880)	50,10%
- Custo com Pessoal	(26.698)	(24.603)	8,52%
- Custo de Construção	(49.785)	(7.112)	600,01%
- Provisão de Manutenção	(19.093)	(14.503)	31,65%
- Outros Custos e Resultados Operacionais	(18.478)	(31.864)	-42,01%
- Apropriação de Despesas Antecipadas da Outorga	(73.578)	(73.578)	0,00%
EBIT ajustado	78.493	49.019	60,13%
Margem EBIT ajustada (b)	28,30%	20,78%	36,19%
EBIT (c)	78.493	49.018	60,13%
Margem EBIT	23,99%	20,17%	18,94%
(+) Depreciação e amortização	22.187	21.244	4,44%
EBITDA (b)	100.680	70.263	43,29%
Margem EBITDA	30,78%	28,91%	6,47%
(+) Provisão de manutenção (d)	19.093	14.503	31,65%
(+) Apropriação de despesas antecipadas (e)	73.578	73.578	0,00%
EBITDA ajustado	193.351	158.344	22,11%
Margem EBITDA ajustada (f)	69,72%	67,11%	3,89%
Resultado Financeiro Líquido	(38.708)	(25.061)	54,46%
Lucro antes do IR & CS	39.785	23.958	66,06%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.495)	(5.267)	61,29%
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	31.290	18.690	67,42%
Endividamento bruto (g)	659.876	770.054	-14,31%
Investimentos (caixa)	63.844	11.832	439,59%
Veículos equivalentes (em milhares)	129.246	121.621	6,27%

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais.

(b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais.

(c) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/12.

(d) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

(e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

(f) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação).

### **2.1.1 Receita operacional**

A receita operacional bruta de pedágio em 2021 totalizou R\$ 300.403 (17,43% sobre 2020). O aumento da receita de pedágio é reflexo do aumento de tarifa e de tráfego, que registrou crescimento de 6,2% sobre o ano anterior, tendo como principal influência a flexibilização das medidas de isolamento social e decreto de quarentena no Estado de São Paulo que vigoram desde março de 2020 por conta da pandemia do COVID-19. A partir de 3 de março de 2021, houve a recomposição econômico-financeira do Contrato de Concessão decorrente das perdas das receitas tarifárias provenientes da revogação da cobrança dos eixos suspensos (resolução SLT nº 4, de 30 de maio de 2018), que se deu mediante o aumento de R\$ 0,10 (dez centavos) da tarifa.

### **2.1.2 Custos e despesas totais**

Os custos e despesas totalizaram R\$ 248.633 no ano de 2021. Os principais fatores que contribuíram para o aumento de 28,14% em relação a 2020, foram:

- Os custos de construção atingiram R\$ 49.785. O aumento de 600,01% em relação a 2020 é reflexo do Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. No ano anterior o principal montante de investimento foi a implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo.
- Em 2021, a provisão de manutenção totalizou R\$ 19.093, ante R\$ 14.503 em 2020, reflexo da provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento. Durante o exercício de 2021, foram realizadas revisões das soluções e estimativas de custos com manutenção, envolvendo entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com o contrato de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente.
- Depreciação e Amortização somaram R\$ 22.187 no ano de 2021. O aumento de 4,44% em relação ao ano anterior decorre dos investimentos realizados, descrito na seção de investimentos.
- O custo da outorga, que inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R\$ 73.578 no ano de 2021, não sofrendo variações significativas.
- Em 2021, o custo de serviços totalizou R\$ 32.990, representando aumento de 91,27% em relação a 2020, substancialmente pela revisão da volumetria dos serviços de gerenciamento de obras, serviços compartilhados e serviço de gerenciamento de TI.
- Os custos e despesas com pessoal atingiram R\$ 26.698 no ano de 2021, registrando um aumento de 8,52% em relação a 2020, reflexo principalmente das adequações de pessoal.
- Em 2021, os outros custos e despesas totalizaram R\$ 18.478, representando uma redução de 42,01% em relação a 2020. A principal causa dessa redução é que a Companhia está realizando restauração programada do pavimento, que já estava provisionada.

### **2.1.3 Resultado Financeiro**

- No ano de 2021, as operações financeiras da Companhia geraram resultado financeiro líquido negativo de R\$ 38.708, ante R\$ 25.061 em 2020. Tivemos o aumento de 2,00% no CDI médio anual de 2021 em relação à 2020.

#### **2.1.4 Lucro Líquido**

Em 2021, o lucro líquido atingiu R\$ 31.290, apresentando um aumento de 67,42% em relação a 2020, reflexo principalmente da melhora no resultado financeiro.

#### **2.1.5 Endividamento**

O endividamento bruto alcançou R\$ 659.876 ante R\$ 770.054 em 2020, representando uma redução de 14,31%.

#### **2.1.6 Investimentos**

Em 2021, os investimentos somaram R\$ 63.844, dentre os quais destacam-se a implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo.

### **3. Estratégia e Gestão**

#### **3.1. Governança Corporativa**

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e de Relações com Investidores e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da Companhia no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço [www.rodaneloeste.com.br/ri](http://www.rodaneloeste.com.br/ri)

#### **3.2. Gestão de Pessoas**

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na

excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Em 2021, foram investidos R\$ 68.413 em 20 programas de treinamento e capacitação das pessoas.

#### 4. Sustentabilidade

A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo:

[www.ccr.com.br/ri](http://www.ccr.com.br/ri)

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

#### 4.1 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Carbon Disclosure Program (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização multistakeholder que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.

Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse framework é explicar para os stakeholders como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.

#### 4.2 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte.

Saiba mais em <http://www.institutoccr.com.br>.

#### 4.3 Reconhecimentos e Prêmios

Em 2021, não houve prêmios e reconhecimentos de destaque.

- Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia

**Caminhos para a Cidadania** - Com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana e cidadania, o programa oferece uma abordagem didático-pedagógica, desenvolvida para se trabalhar questões relativas à cidadania e a segurança no trânsito. O objetivo do programa é contribuir para uma sociedade mais consciente, preservando vidas e formando jovens cidadãos. O programa Caminhos para a Cidadania tem como foco os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental das redes públicas de ensino. Em 2021, as atividades foram desenvolvidas de forma totalmente digital. Para os professores foram realizados cursos online, com questões pertinentes ao momento de pandemia em que o mundo está vivendo. Para apoio aos alunos foram disponibilizados no site [www.caminhosparaacidania.com.br](http://www.caminhosparaacidania.com.br) planos de aula que puderam ser aplicados pelos pais com as crianças, além de jogos educativos, sugestões e séries que divertem e ensinam ao mesmo tempo.

**Doação de Cestas de Alimentos** - em parceria com a Central Única das Favelas (CUFA), foi realizada a distribuição de 1.473 mil cestas básicas para famílias que estão em situação de insegurança alimentar. Na região abrangida pela RodoAnel foram entregues cestas de alimentos para comunidades de Carapicuíba, Embu e Osasco.



**Junho Vermelho - Doação de Sangue:** em 2021, foi realizada a campanha de doação de sangue internamente, junto aos colaboradores, com adesão de 24 pessoas. As doações ocorreram nas unidades da Fundação Pró-Sangue de Barueri e Osasco e na Associação Beneficente de Coleta de Sangue (Colsan) de Sorocaba.

**Foto Itinerante - (Phototruck) -** O projeto, realizado pela ONG Imagem magica, consiste na realização de aulas online de fotografia, com exercício práticos na produção de fotografias, e uma exposição (presencial) de encerramento. O curso foi dividido em 2 módulos, sendo o primeiro com foco no Conceito da Fotografia (História e Evolução, Enquadramento, Luz, Ângulo, Tecnologia) e o segundo, com foco na prática, trabalhando os temas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a autorresponsabilidade sobre o futuro. O curso foi disponibilizado para alunos na faixa etária acima de 8 anos, do ensino fundamental I e II e/ou ensino médio e teve a participação de 1.495 jovens. Já a exposição itinerante do Phototruck contou com a participação de 841 crianças.

**Caixola de Histórias para Ler e Ouvir -** é um projeto de itinerância virtual de um Encontro de Contação de Histórias em formato de Sarau. Além de criação, edição e distribuição de um livro contendo histórias escritas e gravadas em áudio e ilustrações, valorizando os aspectos geográficos, históricos e lendários dos municípios. Os encontros foram realizados pelo aplicativo ZOOM e transmitido ao vivo pelo Youtube contendo parte teórica e prática sobre a arte de contar histórias. O projeto foi realizado nos municípios de Santana de Parnaíba, São Roque, Sorocaba e Embu das Artes, com público total de 2.651 pessoas.

- Investimento em treinamentos e capacitações para os colaboradores

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2021, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: Resgate Veicular, Manejo e Captura de Animais Silvestres, Treinamento de Comunicação Não Violenta, Treinamento de Pertencimento, Redação Empresarial, Olimpíadas do Trauma.

## **5. Considerações Finais**

### **5.1 Agradecimentos**

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

### **5.2 Auditores Independentes**

Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Barueri, 18 de março de 2022.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e Administradores da  
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.**  
Barueri – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 2 (g), 2(o) e 12 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 55.878 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na rodovia sob concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A administração da Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com a construção e melhoria da infraestrutura.</li><li>- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.</li><li>- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.</li><li>- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

## Ênfase

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº1.3, que menciona a ação popular protocolada em 15 de dezembro de 2008 que pleiteia a anulação do contrato de concessão de operação do Rodoanel Mário Covas, objeto operacional da Companhia. A ação foi julgada procedente em primeira instância e, posteriormente, suspensa com liminar até o trânsito em

ulgado para conclusão da referida ação. Visando anular o processo desde a citação inicial a Companhia aguarda julgamento com vistas ao processamento e julgamento do recurso extraordinário. Os assessores jurídicos da Companhia estimam um desfecho favorável da causa à Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	62.210	61.313	Debêntures	13	203.865	134.610
Aplicações financeiras	6	90.646	108.622	Fornecedores		12.177	7.453
Contas a receber	7	21.715	16.986	Impostos e contribuições a recolher		4.431	3.523
Contas a receber - partes relacionadas	10	1.727	50	Obrigações sociais e trabalhistas		3.370	2.790
Cessão onerosa - partes relacionadas	10	4.848	38.192	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	19.605	239
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	73.578	73.578	Obrigações com o poder concedente		865	372
Tributos a recuperar		7.802	280	Contas a pagar - operações com derivativos	19	-	1.443
Despesas antecipadas e outros créditos		1.543	1.358	Outras contas a pagar		327	107
Adiantamento a fornecedores		-	74	Provisão de manutenção	15	35.682	5.779
Contas a receber - operações com derivativos	19	2.947	-				
						<u>280.322</u>	<u>156.316</u>
Total do ativo circulante		<u>267.016</u>	<u>300.453</u>	Total do passivo circulante			
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				Debêntures	13	456.011	635.444
Depósitos judiciais		1.086	62	Impostos e contribuições a recolher		11.459	10.656
IR e CS diferidos	8b	274.086	273.895	Provisão para riscos trabalhistas, previdenciários e cíveis	14	73	104
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	1.134.327	1.207.905	Provisão de manutenção	15	12.777	30.605
Cessão onerosa - partes relacionadas	10	-	4.760	Fornecedores		574	-
Contas a receber - operações com derivativos	19	2.584	915	Mútuos cedidos à terceiros	18	109.464	104.916
Tributos a recuperar		-	15				
		<u>1.412.083</u>	<u>1.487.552</u>	Total do passivo não circulante		<u>590.358</u>	<u>781.725</u>
<b>Imobilizado</b>	11	22.203	24.995	<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Intangível</b>	12	345.477	360.117	Capital social	16a	1.303.434	1.303.434
<b>Infraestrutura em construção</b>	12	<u>130.636</u>	<u>77.415</u>	Reservas de lucro	16b	3.301	3.657
				Dividendos adicionais propostos	16c	-	5.400
Total do ativo não circulante		<u>1.910.399</u>	<u>1.950.079</u>			<u>1.306.735</u>	<u>1.312.491</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>2.177.415</u>	<u>2.250.532</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>2.177.415</u>	<u>2.250.532</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.**  
**Demonstrações dos resultados**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
*(Em milhares de Reais)*

	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	17	327.126	243.051
<b>Custos dos serviços prestados</b>			
Custo de construção		(49.785)	(7.112)
Provisão de manutenção	15	(19.093)	(14.503)
Depreciação e amortização		(20.703)	(19.693)
Custo da outorga		(79.402)	(77.458)
Serviços		(22.794)	(33.501)
Custo com pessoal		(25.631)	(23.357)
Materiais, equipamentos e veículos		(4.628)	(4.407)
Outros		(3.722)	(3.255)
		<u>(225.758)</u>	<u>(183.286)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>101.368</u>	<u>59.765</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Despesas com pessoal		(1.067)	(1.246)
Serviços		(12.329)	(2.932)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.314)	(1.093)
Depreciação e amortização		(1.484)	(1.551)
Água, luz, telefone, internet e gás		(1.767)	(2.003)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(166)	(346)
Reversão (provisão) para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		31	(31)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(35)	(54)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.281)	(846)
Impostos, taxas e despesas com cartórios		(167)	(328)
Reversão para perda esperada - Contas a receber		170	65
Reversão ressarcimento ao usuário		-	378
Editais e publicações		(13)	(97)
Despesas legais e judiciais		(230)	(153)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(1.358)	(116)
Outros		(2.006)	(771)
		<u>(23.016)</u>	<u>(11.124)</u>
<b>Outros resultados operacionais</b>		<u>141</u>	<u>378</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		78.493	49.019
Resultado financeiro	18	<u>(38.708)</u>	<u>(25.062)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		39.785	23.957
Imposto de renda e contribuição social - corrente	8a	(8.686)	(7.777)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	8a	191	2.510
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>31.290</u>	<u>18.690</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
*(Em milhares de Reais)*

---

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	31.290	18.690
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>31.290</u>	<u>18.690</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.  
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucro			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção de lucros			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	1.303.434	803	-	6.258	-	1.310.495
Distribuição de dividendos em 23 de abril de 2020	-	-	-	(6.258)	-	(6.258)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.690	18.690
Destinações:						
Reserva legal	-	934	-	-	(934)	-
Distribuição de dividendos em 25 de novembro de 2020	-	-	-	-	(1.936)	(1.936)
Juros sobre o capital próprio em 24 de novembro de 2020 (Líquido)	-	-	-	-	(5.559)	(5.559)
Juros sobre o capital próprio em 24 de novembro de 2020 (IRRF)	-	-	-	-	(981)	(981)
Juros sobre o capital próprio em 18 de dezembro de 2020 (Líquido)	-	-	-	-	(1.666)	(1.666)
Juros sobre o capital próprio em 18 de dezembro de 2020 (IRRF)	-	-	-	-	(294)	(294)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	5.400	(5.400)	-
Reserva de retenção de lucro	-	-	1.920	-	(1.920)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	1.303.434	1.737	1.920	5.400	-	1.312.491
Distribuições de dividendos em 13 de abril de 2021	-	-	(1.920)	(5.400)	-	(7.320)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	31.290	31.290
Destinações:						
Reserva legal	-	1.564	-	-	(1.564)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 25 de novembro de 2021	-	-	-	-	(14.031)	(14.031)
Juros sobre capital próprio em 25 de novembro de 2021 (líquido)	-	-	-	-	(13.341)	(13.341)
Juros sobre capital próprio em 25 de novembro de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	(2.354)	(2.354)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	1.303.434	3.301	-	-	-	1.306.735

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
*(Em milhares de Reais)*

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	31.290	18.690
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(191)	(2.510)
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	73.578	73.578
Depreciação e amortização	22.187	21.240
Baixa de ativo imobilizado e intangível	70	309
Capitalização de custo de empréstimos	(4.877)	(2.624)
Juros sobre debêntures	34.839	27.179
Constituição da provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	278	275
Atualização monetária sobre riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	6	5
Resultado de operações com derivativos	(5.090)	528
Valor justo de debêntures	5.650	(459)
Juros sobre mútuo com terceiros	5.351	3.273
Depreciação - arrendamento mercantil	-	4
Provisão para perda esperada - contas a receber	(170)	(65)
Constituição da provisão de manutenção	19.093	14.503
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	2.661	1.605
Juros e variação monetária sobre mútuos com partes relacionadas	(534)	(1.738)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	1	10
Rendimento de aplicação financeira	3.826	-
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
<b>(Aumento) redução dos ativos</b>		
Contas a receber	(4.559)	680
Contas a receber - partes relacionadas	(1.038)	6
Tributos a recuperar	(7.497)	837
Despesas antecipadas e outras	(1.209)	697
Adiantamento a fornecedores	74	(74)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>		
Fornecedores	5.297	(75)
Fornecedores - partes relacionadas	19.366	42
Obrigações sociais e trabalhistas	580	(604)
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social	17.582	6.361
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(15.871)	(6.376)
Obrigações com o poder concedente	493	14
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(315)	(249)
Outras contas a pagar	220	(76)
Realização da provisão de manutenção	(9.679)	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>191.412</b>	<b>154.986</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.673)	(3.828)
Adições ao ativo intangível	(51.492)	(8.004)
Outros de ativo intangível	986	21
Cessão onerosa - partes relacionadas	37.999	24.269
Aplicações financeiras líquidas de resgate	14.381	(29.568)
Resgates / Aplicações na Conta Reserva	(231)	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(1.030)</b>	<b>(17.110)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Liquidação de operações com derivativos	(969)	-
Mútuos com terceiros	(803)	(492)
Debêntures		
Pagamentos de principal	(124.000)	(32.000)
Pagamentos de juros	(26.667)	(30.649)
Arrendamento mercantil		
Pagamentos (principal e juros)	-	(4)
Dividendos e JCP pagos	(37.046)	(15.419)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>(189.485)</b>	<b>(78.564)</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>897</b>	<b>59.312</b>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	61.313	2.001
No final do exercício	62.210	61.313
	<b>897</b>	<b>59.312</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### 1. Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Avenida Marcos Pentead de Ulhoa Rodrigues, 690 – sala 11 – 1º andar, bairro Tamboré na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (Km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do Km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluindo o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende:

- a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados;
- b) Apoio na execução dos serviços não delegados;
- c) Gestão dos serviços complementares, na forma do Regulamento da Concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização.

O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2008.

A Companhia iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

#### **Ampliações e melhoramentos**

- Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares;
- Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares;
- Implantação de seis passarelas para pedestres;
- Melhorias nos dispositivos de entroncamento da Padroeira e da Rodovia Castello Branco;
- Construção de viaduto - Passagem Superior da estrada velha de Cotia;
- Implantação de Barreiras Acústicas em determinados trechos da Rodovia;
- Sistema de Monitoração de Tráfego, incluindo CFTV e analisadores de Tráfego;
- Sistema de Telecomunicações, incluindo Telefones de Emergência e Painéis de Mensagem Variável;
- Sistema de Arrecadação, incluindo a implantação de praças de pedágio; e
- Sistema de Controle de Fiscalização, incluindo a implantação de postos de pesagem.

#### **Bens reversíveis**

No final do período de concessão da rodovia, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### 1.1 Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a Controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265 e a segunda de R\$ 32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 9 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 4 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância.

Em 4 de junho de 2020, o Estado de São Paulo interpôs recursos aos tribunais superiores questionando unicamente a destinação de valores a título de doação à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com o objetivo de destinar para os cofres do Estado tais quantias, sendo este o único tema pendente de definição nos recursos que aguardam julgamento definitivo pelo STJ e STF. Em 3 de agosto de 2021, foi realizado o julgamento na 2ª Turma do STJ, tendo o mérito do recurso interposto pelo Estado de São Paulo sido desprovido para manter a destinação original dos valores doados, conforme definido no Termo de Autocomposição. Aguarda-se o trânsito em julgado dessa decisão.

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras.

A Controladora e a Companhia continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

### 1.2 Acordo preliminar

Em 1º de outubro de 2021, foi celebrado acordo junto ao Poder Concedente para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O acordo previu (i) aumento da tarifa básica de pedágio em R\$ 0,10 para compensação das perdas das receitas tarifárias, provenientes da revogação da cobrança dos eixos suspensos; e (ii) retorno da alíquota da outorga variável ao percentual contratual de 3%. A vigência do acordo iniciou-se em 3 de outubro de 2021.

### 1.3 Efeitos da pandemia do COVID-19

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que possam afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido à incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19,

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.

### 1.3. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente:

#### **i. Ação Popular - Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo**

Trata-se de ação popular proposta por único autor, Cesar Augusto Coelho Nogueira Machado, em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas da Companhia, CCR e Encalso Construções Ltda. (Encalso), com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a Companhia recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de suspensão de liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo.

Após tramitação judicial, o processo foi anulado desde a citação a fim de que o autor emende a petição inicial.

Em 16 de setembro de 2021, o autor popular foi intimado a emendar a inicial para incluir no polo passivo agentes públicos e demais pessoas físicas que, no entender do autor popular, seriam responsáveis pelos atos considerados inválidos. Aguarda-se a manifestação do autor.

#### **ii. Reajuste Tarifário de 2013**

O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta.

Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as Concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013.

Por essa razão, a Companhia, em 18 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário nº 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014.

Em 25 de abril de 2019, finalizada a fase de instrução processual, foi proferida sentença julgando procedente o pedido da Companhia a condenar o Estado de São Paulo e a ARTESP ao reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão, em razão da ausência do reajuste contratual nos anos de 2013 e 2014. Nesse momento, aguarda-se a eventual interposição dos recursos cabíveis pelo Estado de São Paulo e ARTESP.

Em 8 de maio de 2019, a Companhia opôs embargos de declaração contra a parte da sentença que dispôs sobre os honorários advocatícios. Em 14 de maio de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP também opuseram embargos de declaração. Em 3 de junho de 2019, foi publicada decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pelo Estado e a ARTESP e deu provimento aos embargos de declaração opostos pela Companhia. Em 23 de julho de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso de apelação. Em 29 de julho de 2019, foi publicado despacho intimando a Companhia a apresentar contrarrazões. Aguarda-se julgamento dos recursos desde então.

A Administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

## 2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

### a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

### ***b) Receitas de contratos com clientes***

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

### ***c) Instrumentos financeiros***

#### Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### Classificação e mensuração subsequente

##### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.



# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

### Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

### Desreconhecimento

#### Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
  - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
  - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

### Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

### ***e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida***

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

### ***f) Ativo imobilizado***

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

### **g) Ativos intangíveis**

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide no item “o”.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

### **h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### ***i) Provisões***

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### ***j) Provisão de manutenção - contratos de concessão***

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

### ***k) Receitas e despesas financeiras***

Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

### ***l) Benefícios a empregados***

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### ***m) Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### ***n) Direito da Concessão***

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 20) com base nos termos contratuais, sob o entendimento do contrato de concessão da Companhia ser contrato executório. A Administração da Companhia avalia que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

### ***o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)***

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.



# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **p) Informação por segmento**

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

### **q) Adoção inicial de normas novas e alterações**

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08, CPC 40, CPC 11 e CPC 06**

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de hedge.

#### **Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2)**

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando o CPC 06 (R2) como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

### *r) Novas normas ainda não efetivas*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06) após 30 de junho 2021;
- Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27;
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26;
- Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

### **3. Apresentação das demonstrações financeiras**

#### *Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)*

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 18 de março de 2022, foi aprovada pelo Conselho da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

#### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais da Companhia, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

### **Nota**

20	Compromissos vinculados a contratos de concessão 8b	Impostos diferidos
12	Intangível e infraestrutura em construção	
14	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	
15	Provisão de manutenção	
19	Instrumentos financeiros	

## **4. Determinação dos valores justos**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixas e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

#### Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

#### a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

#### b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI relativo às debêntures; e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13 e 19.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

#### c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

#### d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>
Debêntures (a)	226.829	157.046	383.312
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	19.605	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	12.504	-	-
Obrigações com o poder concedente	865	-	-
Mútuos - partes relacionadas	-	-	60.346

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 13.306 substancialmente composto por debêntures, detalhados nas notas explicativas nº 13, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro do acionista controlador final, CCR S.A..

### 6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

#### Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	1.845	1.726
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	60.365	59.587
<b>Total - Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>62.210</b>	<b>61.313</b>

#### Aplicações financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	90.415	108.622
Conta reserva	231	-
<b>Total - Aplicações financeiras</b>	<b>90.646</b>	<b>108.622</b>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,41% do CDI, equivalente a 4,37% a.a., em 31 de dezembro de 2021 (96,50% do CDI, equivalente a 2,67% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020).

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Circulante</b>		
Pedágio eletrônico (a)	21.593	16.807
Receitas acessórias (b)	<u>149</u>	<u>376</u>
	<u>21.742</u>	<u>17.183</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(27)</u>	<u>(197)</u>
	<u>21.715</u>	<u>16.986</u>

### Idade de vencimento dos títulos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Créditos a vencer	21.680	16.886
Créditos vencidos até 60 dias	32	75
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	3	25
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	18	55
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>9</u>	<u>142</u>
	<u>21.742</u>	<u>17.183</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	39.785	23.957
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(13.527)	(8.145)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(526)	(209)
Juros sobre capital próprio	5.336	2.890
Incentivos relativos ao imposto de renda	182	189
Remuneração variável de dirigentes estatutários	16	(16)
Outros ajustes tributários	24	24
	<u>(8.495)</u>	<u>(5.267)</u>
Impostos correntes	(8.686)	(7.777)
Impostos diferidos	<u>191</u>	<u>2.510</u>
	<u>(8.495)</u>	<u>(5.267)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>21,35%</u>	<u>21,99%</u>

### b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2020</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>2021</u>		
			<u>Valor Líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>Passivo fiscal diferido</u>
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	283.651	(3.811)	279.840	279.840	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	74	271	345	345	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	78	(58)	20	20	-
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	35	(10)	25	25	-
Constituição da provisão de manutenção	12.369	4.104	16.473	16.473	-
Resultado de operações com derivativos	38	204	242	242	-
Diferenças temporárias	(11.762)	675	(11.087)	-	(11.087)
Provisão para fornecedores	7	54	61	61	-
Capitalização de juros	(10.356)	(1.162)	(11.518)	-	(11.518)
Custo de transação de empréstimos	(224)	88	(136)	-	(136)
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	-	178	178	178	-
Valor justo	(15)	(342)	(357)	2.638	(2.995)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	273.895	191	274.086	299.822	(25.736)
Compensação de imposto	-	-	-	(25.736)	25.736
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>273.895</u>	<u>191</u>	<u>274.086</u>	<u>274.086</u>	<u>-</u>

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020				
	2019	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	287.076	(3.425)	283.651	283.651	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	345	(271)	74	74	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	100	(22)	78	78	-
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	25	10	35	35	-
Constituição da provisão de manutenção	6.890	5.479	12.369	12.369	-
Resultado de operações com derivativos	-	38	38	38	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(23.051)	694	(22.357)	-	(22.357)
Provisão para fornecedores	-	7	7	7	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	271.385	2.510	273.895	296.252	(22.357)
Compensação de imposto	-	-	-	(22.357)	22.357
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	271.385	2.510	273.895	273.895	-

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2021
2022	5.056
2023	7.974
2024	13.106
2025	16.421
2026	19.856
de 2027 a diante	217.427
<b>Total</b>	<b>279.840</b>

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

### 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	2021	2020
Circulante	73.578	73.578
Não circulante	1.134.327	1.207.905

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 73.578 (R\$ 73.578 no exercício de 2020).

Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.



# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos	
	2021			2021	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado /intangível	Receitas financeiras	Ativo Contas a receber / Cessão Onerosa	Passivo Fornecedores e contas a pagar
<b>Controladora indireta</b>					
CCR S.A.	11.154 (a)(k)	-	-	-	19.545 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>					
Infra SP	-	-	-	1.657 (j)	-
Autoban	-	-	-	1 (b)	2 (b)
ViaOeste	-	-	-	30 (b)	7 (b)
ViaQuatro	-	-	-	4 (b)	3 (b)
CPC	11.331 (c)	-	-	-	-
Samm	227 (d)	-	-	-	18 (d)
SPVias	-	-	534 (e)	4.848 (e)	10 (b)
Instituto CCR	457 (h)	-	-	-	-
ViaMobilidade	-	-	-	5 (b)	5 (b)
ViaMobilidade 8 e 9	-	-	-	23 (b)	15 (b)
Encalço Construções	-	1.744 (g)	-	7 (j)	-
<b>Total</b>	<b>23.169</b>	<b>1.744</b>	<b>534</b>	<b>6.575</b>	<b>19.605</b>

  

	Transações			Saldos	
	2020			2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado /intangível	Receitas financeiras	Ativo Contas a receber / Cessão onerosa	Passivo Fornecedores e contas a pagar
<b>Controladora indireta</b>					
CCR S.A.	266 (a)	-	-	-	21 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>					
ViaOeste	-	36 (f)	-	40 (b)	36 (b)
ViaQuatro	-	-	-	5 (b)	8 (b)
CPC	2.280 (c)	350 (i)	-	-	150 (c)
Samm	246 (d)	-	-	-	21 (d)
SPVias	-	-	1738 (e)	42.956 (b)(e)	2 (b)
Instituto CCR	80 (h)	-	-	-	-
ViaSul	-	-	-	1 (b)	-
Encalço Construções	-	28 (g)	-	-	1 (g)
<b>Total</b>	<b>2.872</b>	<b>414</b>	<b>1.738</b>	<b>43.002</b>	<b>239</b>

Na AGO realizada em 13 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, a qual inclui os encargos sociais e FGTS.

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos da parte relacionada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. – (ViaOeste).

- Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – GBS, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- Encargos de folha de pagamento relativos à transferência de colaboradores, cujo vencimento ocorre no mês subsequente a emissão do documento;

## Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

- (c) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujo valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (d) Prestação de serviços de transmissão de dados, cujos valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao do faturamento;
- (e) Refere-se à cessão de créditos de prejuízos e bases negativas da Companhia para a SPVias, conforme permitido pelo Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela lei nº 13.496/2017, remunerado à variação acumulada de 120,89% do CDI, com vencimento em 20 de abril de 2022. Os pagamentos de juros são trimestrais e o principal é anualmente no mês de abril;
- (f) Venda de ativos imobilizados entre as empresas;
- (g) Contrato para a execução dos serviços de Implantação de Vias Marginais Padroeira-Raposo entre o km 19+700 e o km 24+400, Pistas Interna e Externa, no Rodoanel Mário Covas SP 02, contrato encerrado em 14 de setembro de 2021;
- (h) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR;
- (i) Refere-se a contratação CCR - GBS para planejamento e elaboração de projetos de restauração e manutenção de pavimentos, contrato encerrado em 31 de janeiro de 2021;
- (j) Refere-se a reversão de dividendos intermediários, cujo pagamento foi realizado a maior. No ato societário deliberou o montante de R\$ 15.695 e foi realizado a distribuição no montante de R\$ 14.031; e
- (k) Em dezembro de 2021, foi firmado contrato de contragarantia entre a CCR e a Companhia, por meio do qual a CCR passa a ser remunerada pela prestação de garantia em emissão de dívida da Companhia. A taxa de remuneração e o valor faturado em 2021, está descrito abaixo:

<b>Investida</b>	<b>Valor faturado</b>	<b>Taxa de remuneração</b>
RodoAnel Oeste	6.781	1,0% a.a.

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2020			2021		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
<b>Valor de custo</b>							
Móveis e utensílios		1.738	-	(96)	153	-	1.795
Máquinas e equipamentos		23.919	-	(149)	2.466	-	26.236
Veículos		3.254	-	(96)	782	-	3.940
Equipamentos operacionais		44.696	-	(10)	3.138	(10)	47.814
Imobilizado em andamento		6.212	2.852	(9)	(5.965)	-	3.090
<b>Total custo</b>		<b>79.819</b>	<b>2.852</b>	<b>(360)</b>	<b>574</b>	<b>(10)</b>	<b>82.875</b>
<b>Valor de depreciação</b>							
Móveis e utensílios	10	(1.253)	(118)	71	-	-	(1.300)
Máquinas e equipamentos	11	(17.328)	(2.224)	120	-	-	(19.432)
Veículos	24	(1.957)	(717)	91	-	-	(2.583)
Equipamentos operacionais	12	(34.286)	(3.079)	8	-	-	(37.357)
<b>Total depreciação</b>		<b>(54.824)</b>	<b>(6.138)</b>	<b>290</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(60.672)</b>
<b>Total geral</b>		<b>24.995</b>	<b>(3.286)</b>	<b>(70)</b>	<b>574</b>	<b>(10)</b>	<b>22.203</b>

  

	Taxa média anual de depreciação %	2019			2020		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
<b>Valor de custo</b>							
Móveis e utensílios		1.668	-	(6)	76	-	1.738
Máquinas e equipamentos		23.110	-	(1.841)	2.650	-	23.919
Veículos		3.860	-	(1.108)	502	-	3.254
Equipamentos operacionais		44.058	-	(30)	696	(28)	44.696
Imobilizado em andamento		6.238	4.026	-	(4.052)	-	6.212
<b>Total custo</b>		<b>78.934</b>	<b>4.026</b>	<b>(2.985)</b>	<b>(128)</b>	<b>(28)</b>	<b>79.819</b>
<b>Valor de depreciação</b>							
Móveis e utensílios	10	(1.124)	(133)	4	-	-	(1.253)
Máquinas e equipamentos	11	(16.590)	(2.289)	1.554	(3)	-	(17.328)
Veículos	24	(2.493)	(555)	1.091	-	-	(1.957)
Equipamentos operacionais	12	(31.372)	(3.179)	27	238	-	(34.286)
<b>Total depreciação</b>		<b>(51.579)</b>	<b>(6.156)</b>	<b>2.676</b>	<b>235</b>	<b>-</b>	<b>(54.824)</b>
<b>Total geral</b>		<b>27.355</b>	<b>(2.130)</b>	<b>(309)</b>	<b>107</b>	<b>(28)</b>	<b>24.995</b>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 179 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 198 em 31 de dezembro de 2020). A taxa média de capitalização em 2021 e 2020 foram de 4,32% a.a. e 3,16% a.a., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível; e
- (b) Refere-se a crédito de IRRF.

### 12. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de depreciação %	2020		2021		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
<b>Valor de custo</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura		451.545	-	1.671	-	453.216
Direitos de uso de sistemas informatizados		1.693	-	47	-	1.740
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.147	312	(621)	-	838
<b>Total custo</b>		<b>454.385</b>	<b>312</b>	<b>1.097</b>	<b>-</b>	<b>455.794</b>
<b>Valor de amortização</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(92.912)	(15.930)	-	-	(108.842)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.356)	(119)	-	-	(1.475)
<b>Total amortização</b>		<b>(94.268)</b>	<b>(16.049)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(110.317)</b>
<b>Intangível</b>		<b>360.117</b>	<b>(15.737)</b>	<b>1.097</b>	<b>-</b>	<b>345.477</b>
<b>Infraestrutura em construção</b>		<b>77.415</b>	<b>55.878</b>	<b>(1.671)</b>	<b>(986)</b>	<b>130.636</b>

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de depreciação %	2019		2020		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
<b>Valor de custo</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura		445.317	-	6.228	-	451.545
Direitos de uso de sistemas informatizados		1.550	-	143	-	1.693
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		483	913	(249)	-	1.147
<b>Total custo</b>		<b>447.350</b>	<b>913</b>	<b>6.122</b>	<b>-</b>	<b>454.385</b>
<b>Valor de amortização</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(77.745)	(14.932)	(235)	-	(92.912)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.204)	(152)	-	-	(1.356)
<b>Total amortização</b>		<b>(78.949)</b>	<b>(15.084)</b>	<b>(235)</b>	<b>-</b>	<b>(94.268)</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>368.401</b>	<b>(14.171)</b>	<b>5.887</b>	<b>-</b>	<b>360.117</b>
<b>Infraestrutura em construção</b>		<b>73.913</b>	<b>9.517</b>	<b>(5.994)</b>	<b>(21)</b>	<b>77.415</b>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.698 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.426 em 31 de dezembro de 2020). As taxas médias de capitalização em 2021 e 2020 foram de 4,32% a.a. e 3,16% a.a., respectivamente (custo das debêntures e notas promissórias, dividido pelo saldo médio das debêntures).

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico;

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível; e

(b) Em 2021 refere-se a sinistros. No exercício de 2020 refere-se à desapropriação.

### 13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva de custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2021	2020
1. 6ª Emissão - Série única	120% do CDI	0,076% (a)	3.171	400	Abril de 2024	327.143	384.927 (c)
1. 6ª Emissão - Série única	120% do CDI (b)	0,076% (a)	-	-	Abril de 2024	332.733	385.127 (c)
<b>Total geral</b>				<b>400</b>		<b>659.876</b>	<b>770.054</b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures						179.084	127.172
Custos de transação						(202)	(260)
Valor justo						24.983	7.698
						<b>203.865</b>	<b>134.610</b>
<b>Não circulante</b>							
Debêntures						476.001	644.000
Custos de transação						(198)	(400)
Valor justo						(19.792)	(8.156)
						<b>456.011</b>	<b>635.444</b>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação;

(b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 19.

### Garantia

(c) Aval / fiança corporativa da Controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária.

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2021</u>
2023	112.000
2024	364.001
(-) Custo de transação	(198)
(-) Valor justo	<u>(19.792)</u>
<b>Total</b>	<b><u>456.011</u></b>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 25 de outubro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, quirografária e com garantia fidejussória da CCR, no valor nominal total de R\$ 800.000, realizada em série única e com remuneração de 120% do CDI. Os juros estão sendo pagos semestralmente, desde 26 de abril de 2018, e a amortização do principal é customizada, em parcelas anuais e consecutivas, a partir de 25 de abril de 2020 até 25 de abril de 2024.

Em 14 de dezembro de 2020, a Companhia contratou operação de swap, trocando 50% do fluxo da dívida de 120% do CDI para CDI + 0,9940% a.a..

Dentre as principais cláusulas de vencimento antecipado estão a alteração societária da emissora que resulte na perda, pela fiadora, do controle acionário direto e indireto da emissora, alteração de objeto social ou término antecipado do contrato de concessão.

No exercício de 2021, ocorreu pagamento de principal no valor de R\$ 124.000 e pagamento de juros no valor de R\$ 26.667 conforme as cláusulas do contrato. Não ocorreram novas captações ou liquidações de debêntures.

### 14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciários e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>2020</u>		<u>2021</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização de bases processuais e monetária</u>	<u>Saldo final</u>
<b>Não circulante</b>						
Cíveis	-	190	(1)	(189)	-	-
Trabalhistas e previdenciários	104	89	-	(126)	6	73
	<u>104</u>	<u>279</u>	<u>(1)</u>	<u>(315)</u>	<u>6</u>	<u>73</u>

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Cíveis	3.580	1.011
Trabalhistas	<u>19</u>	<u>8</u>
	<u>3.599</u>	<u>1.019</u>

### 15. Provisão de manutenção

	<u>2020</u>		<u>2021</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	5.779	8.307	554	(9.679)	30.721	35.682
Não circulante	<u>30.605</u>	<u>10.786</u>	<u>2.107</u>	<u>-</u>	<u>(30.721)</u>	<u>12.777</u>
	<u>36.384</u>	<u>19.093</u>	<u>2.661</u>	<u>(9.679)</u>	<u>-</u>	<u>48.459</u>

A taxa anual de 2021 e 2020, para cálculo do valor presente, são de 7,08% a.a. e 6,49% a.a., respectivamente.

### 16. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.303.434, composto por 651.717 de ações ordinárias e 651.717 de ações preferenciais.

#### b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### c) Dividendos

Em 13 de abril de 2021, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos no montante de R\$ 7.320, sendo: o montante de R\$ 5.400 de dividendos adicionais proposto, correspondente a R\$ 4,1429 por ação e o saldo dos lucros referente a 2020 no montante de R\$ 1.920, correspondentes a R\$ 1,47321512 por ações ordinárias, inicialmente destinados à constituição de Reserva de Retenção de Lucros e os mesmos foram pagos em 26 de abril de 2021.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	31.290
(-) Constituição de reserva legal	<u>(1.564)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>29.726</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>7.432</u>
Total de juros sobre capital próprio pagos	(15.695)
Total de dividendos pagos	<u>(14.031)</u>
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	<u>(29.726)</u>

### d) Juros sobre capital próprio

Em 24 de novembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$ 15.695, relativo ao lucro do exercício, após a dedução do imposto de renda retido na fonte, o valor líquido de R\$ 13.341, pagos em 25 de novembro de 2021.

### 17. Receitas operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas de pedágio	300.403	255.821
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	49.785	7.112
Receitas acessórias	<u>3.205</u>	<u>2.466</u>
<b>Receita bruta</b>	<u>353.393</u>	<u>265.399</u>
Impostos sobre receitas	(26.235)	(22.348)
Devoluções	<u>(32)</u>	<u>-</u>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<u>(26.267)</u>	<u>(22.348)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u>327.126</u>	<u>243.051</u>

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre debêntures	(34.839)	(27.179)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2.661)	(1.605)
Capitalização de custos das debêntures	4.877	2.624
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(4)	(16)
Perda com operações de derivativos	(6.315)	(528)
Juros sobre mútuos com terceiros (a)	(5.351)	(3.273)
Valor justo sobre debêntures ( <i>fair value option</i> )	(7.758)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(7.052)	(203)
	<u>(59.103)</u>	<u>(30.180)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Ganho com operações de derivativos	11.405	-
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	534	1.738
Rendimento sobre aplicação financeira	6.330	2.866
Valor justo operações de debêntures ( <i>fair value option</i> )	2.108	459
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	3	6
Juros e outras receitas financeiras	15	49
	<u>20.395</u>	<u>5.118</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(38.708)</u>	<u>(25.062)</u>

- (a) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI entre o RodoAnel Oeste e Encalco. Em 14 de julho de 2017, esse mútuo foi cedido para o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), com vencimento em 18 de novembro de 2024.

### 19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A., possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas



# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	2021			2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Caixa e bancos	1.845	-	-	1.726	-	-
Aplicações financeiras	150.780	-	-	168.209	-	-
Aplicações financeiras-Conta reserva	231	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	21.715	-	-	16.986	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	1.727	-	-	50	-
Contas a receber - operações de derivativos	-	5.531	-	-	-	-
Cessão onerosa - partes relacionadas	-	-	-	915	42.952	-
<b>Passivos</b>						
Debêntures (a)	(332.733)	-	(327.143)	(385.127)	-	(384.927)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(13.078)	-	-	(7.560)
Mútuos cedidos à terceiros	-	-	(109.464)	-	-	(104.916)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(19.605)	-	-	(239)
Contas a pagar - operações com derivativos	-	-	-	(1.443)	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(865)	-	-	(372)
	(179.877)	28.973	(470.155)	(215.720)	59.988	(498.014)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber – partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas, cessão onerosa – partes relacionadas, mútuos cedidos à terceiros** – Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações, exceto: (i) cessão onerosa - partes relacionadas os quais se tratam de instrumentos financeiros intragrupo, com características exclusivas; e (ii) fornecedores de longo prazo, cujo valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos por terem características contratuais exclusivas.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos** – Os valores justos (nível 2) foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Obrigações com o poder concedente** – Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos (nível 2), por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	327.543	332.733	385.587	385.127

- (a) Valores brutos dos custos de transação;  
(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*)** – A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 327.543 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 385.587 em 31 de dezembro de 2020), conforme detalhado a seguir:

Série	Taxas contratuais	Taxa contratual - <i>Swap</i>	Custo amortizado (a)
6ª Emissão - Série única	120% do CDI	CDI - 0,9940%	327.543

- (a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2021	2020
<b>Nível 2:</b>		
Aplicações financeiras	151.011	168.209
Derivativos a receber / a pagar	5.531	(528)
Debêntures	(332.733)	(385.127)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

## Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

#### **Instrumentos financeiros derivativos**

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2021, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo.

Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre 50% da totalidade da 6ª emissão de debêntures.

Os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado			
				Moeda Local		Moeda Local		Moeda local Recebidos/(Pagos)		Valores a receber / (recebidos)		Valores a pagar / (pagos)		Ganho/(Perda) em resultado	
				2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Merril Lynch	14/12/2020	26/04/2024 (2)	120% do CDI CDI + 0,9940%	384.000	384.000	332.733	384.066	(969)	-	5.531	915	-	(1.443)	5.090	(528)
				-	-	(327.203)	(384.594)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 2021</b>				<u>384.000</u>	<u>384.000</u>	<u>5.530</u>	<u>(528)</u>	<u>(969)</u>	<u>-</u>	<u>5.531</u>	<u>915</u>	<u>-</u>	<u>(1.443)</u>	<u>5.090</u>	<u>(528)</u>
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES CIRCULANTES</b>										<u>2.947</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.443)</u>		
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES NÃO CIRCULANTES</b>										<u>2.584</u>	<u>915</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (1) Quando o derivativo possui vencimento intermediário, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente; e
- (2) Os contratos possuem vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Riscos de juros	5.090	(528)
<b>Total</b>	<b>5.090</b>	<b>(528)</b>

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em RS <sup>(3)(4)</sup>	Efeito em RS no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 6ª Emissão	CDI <sup>(2)</sup>	Abril de 2024	655.085	(72.265)	(90.520)	(108.848)
Swap CDI x CDI (ponta ativa)	CDI <sup>(2)</sup>	Abril de 2024	(332.733)	36.133	45.260	54.424
Swap CDI x CDI (ponta passiva)	CDI <sup>(2)</sup>	Abril de 2024	327.203	(33.350)	(40.876)	(48.401)
Aplicação financeira (CDB) <sup>(5)</sup>	CDI <sup>(2)</sup>		231	21	26	31
Aplicação financeira (Menkar II) <sup>(5)</sup>	CDI <sup>(2)</sup>		150.780	13.572	16.962	20.351
Mútuo Rodoanel Oeste x Terceiro	CDI <sup>(2)</sup>	Novembro de 2024	121.167	(11.667)	(14.591)	(17.519)
Efeito líquido				<u>(67.556)</u>	<u>(83.739)</u>	<u>(99.962)</u>

As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup>:

CDI <sup>(2)</sup>	9,15%	11,43%	13,72%
--------------------	-------	--------	--------

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

No item (2) abaixo, está detalhado a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); e
- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas.

### 20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

#### *a. Compromisso com o Poder Concedente*

##### **Outorga variável**

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1).

No decorrer do exercício de 2021, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 5.331 referente ao direito de outorga variável (R\$ 4.099 no exercício de 2020).

A partir de 3 de outubro de 2021, a alíquota da Companhia voltou a ser de 3%, devido a celebração de acordo com o Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa no 1.2).

#### *b. Compromissos relativos à concessão*

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2021 esses compromissos estavam estimados em R\$ 438.393 (R\$ 436.263 em 31 de dezembro de 2020).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

### 21. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a.* Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributos a recuperar	10	28
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>10</u>	<u>28</u>
Aquisição de ativo imobilizado	(10)	(28)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u>(10)</u>	<u>(28)</u>

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

### c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Dividendos e juros sobre capital próprio</u>	<u>Operações com derivativos</u>	<u>Mútuos com terceiros</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(770.054)	-	(528)	(104.916)	(875.498)
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>					
Pagamentos de principal e juros	150.667	-	-	-	150.667
Mútuos com terceiros	-	-	-	803	803
Liquidação de operações com derivativos	-	-	969	-	969
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	37.046	-	-	37.046
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<u>150.667</u>	<u>37.046</u>	<u>969</u>	<u>803</u>	<u>189.485</u>
<b>Outras variações</b>					
Juros sobre debêntures	(34.839)	-	-	-	(40.190)
Juros sobre mútuo com terceiros	-	-	-	(5.351)	(5.351)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	(5.650)	-	5.090	-	(560)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	(37.046)	-	-	(37.046)
<b>Total das outras variações</b>	<u>(40.489)</u>	<u>(37.046)</u>	<u>5.090</u>	<u>(5.351)</u>	<u>(83.147)</u>
Saldo Final	<u>(659.876)</u>	<u>-</u>	<u>5.531</u>	<u>(109.464)</u>	<u>(769.160)</u>

\*\*\*

# Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

## Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Correa  
Marcio Yassuhiro Iha  
Waldo Edwin Perez Leskovar

Presidente do Conselho  
Vice-Presidente  
Conselheiro

## Composição da Diretoria

José Salim Kallab Fraiha  
Rogério Cezar Bahú

Diretor Presidente  
Diretor de Engenharia e de Operações

## Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti  
CRC 1SP190868/O-0